



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

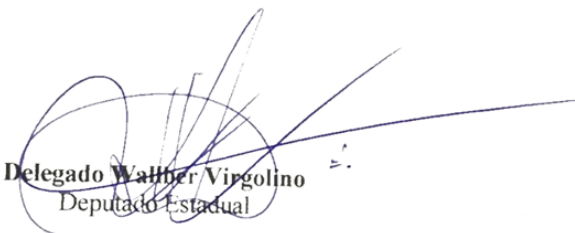
REQUERIMENTO Nº 26.911 /2025

AUTOR: DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 112 c/c o artigo 117 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, depois de vencidas as formalidades regimentais, que seja encaminhado expediente ao **Ministério Público do Estado da Paraíba, solicitando que seja instaurada investigação para apurar eventuais falhas de segurança, vigilância e contenção no Parque Arruda Câmara**, a Bica, diante do episódio ocorrido no último dia 30 de novembro de 2025, quando o jovem Gerson de Melo Machado, de 19 anos, conseguiu acessar o recinto de uma leoa e veio a óbito após ser atacado pelo animal. Solicita-se, ainda, que o Ministério Público verifique a adequação dos protocolos internos de prevenção de riscos, a suficiência do efetivo de vigilância, a qualidade dos mecanismos de controle de acesso às áreas restritas e o nível de preparo dos funcionários para lidar com situações de emergência envolvendo visitantes e animais.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 02 de dezembro de 2025.


Delegado Wallber Virgolino
Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como finalidade provocar a atuação do Ministério Público do Estado da Paraíba para que sejam apuradas, de forma técnica e rigorosa, as circunstâncias que permitiram que o jovem Gerson de Melo Machado, de apenas 19 anos, invadisse o recinto de uma leoa no Parque Arruda Câmara, a Bica, resultando em sua morte.

O fato, amplamente noticiado, revela possível fragilidade nas medidas de segurança e suscita a necessidade urgente de avaliação dos protocolos operacionais adotados pelo zoológico, sobretudo considerando que o local é um equipamento público, destinado à visitação de famílias, crianças, turistas e pessoas em situação de vulnerabilidade.

É imprescindível que se verifique se as barreiras físicas atendem aos padrões mínimos exigidos para impedir o acesso do público a áreas de risco, se existe vigilância humana constante em todos os pontos sensíveis do parque, se os sistemas de monitoramento funcionam de forma adequada e se o efetivo de servidores é suficiente para garantir o controle das áreas restritas.

Da mesma forma, é necessário averiguar se os funcionários recebem treinamento específico e contínuo para atuar em situações de emergência, incluindo contenção de risco, evacuação de visitantes, primeiros socorros, manejo seguro dos animais e acionamento rápido dos protocolos de segurança.

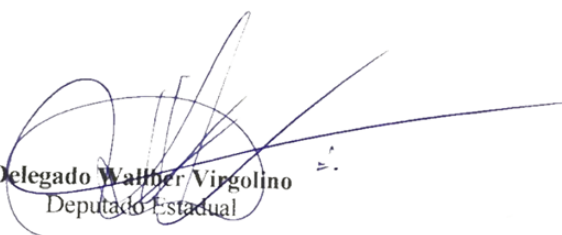
A investigação do Ministério Público é fundamental para assegurar que a administração pública adote providências efetivas, assegurando a prevenção de novos incidentes, a proteção dos visitantes, a integridade dos animais e o adequado funcionamento do principal parque zoobotânico da capital. A população de João Pessoa, bem como a família da vítima, merece respostas claras e medidas corretivas que garantam que tragédias como essa não voltem a ocorrer.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

Diante da gravidade dos fatos e da necessidade de atuação firme dos órgãos de controle, requer-se o encaminhamento do presente requerimento, a fim de promover a apuração completa das responsabilidades e a adoção das medidas cabíveis.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 02 de dezembro de 2025.


Delegado Walther Virgolino
Deputado Estadual